

Teologia das Religiões 2

**Denise Pereira
(Organizadora)**

Denise Pereira
(Organizadora)

Teologia das Religiões 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	Teologia das religiões 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Teologia das Religiões; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-386-6 DOI 10.22533/at.ed.866190706 1. Religião. 2. Teologia – Estudo e ensino. I. Pereira, Denise. II.Série CDD 200.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A teologia das religiões vem ganhando destaque na contemporaneidade. Deste modo a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem dá os primeiros passos acadêmicos nos estudos teológicos, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate teológico das e sobre as religiões, quais seriam os caminhos mais adequados para nos situarmos. Os diversos autores investigam as questões mais prementes e que nos tocam mais de perto, tendo em vista a diversidade de contextos eclesiais e acadêmicos em que cada pessoa ou grupo está envolvido.

E se propõem a mostrar o que pesquisadores da religião, de diferentes áreas: teologia, sociologia, história e antropologia, ao analisarem o que diferentes confissões e partes do mundo, estão dizendo a respeito do tema.

Desde o século XIX, a teologia das religiões tem desafiado a cientistas da religião, a observarem os encontros e o desencontros do cristianismo com as demais religiões.

A perspectiva pluralista das religiões interpela fortemente o mundo atual e, particularmente, o contexto teológico latino-americano, especialmente pela sua vocação libertadora e pelos desafios que advém de sua composição cultural fortemente marcada por diferenças religiosas que se interpenetram nas mais diferentes formas. A Teologia Latino-Americana da Libertação, dentre os seus muitos desafios, tem elaborado uma consistente reflexão sobre os desafios do pluralismo religioso.

Sendo assim, “Teologia das Religiões” é uma abordagem impactante, por vezes, controverso e até mesmo conflitivo, os autores consideram que apresentar um leque de diferentes autores e perspectivas seria uma contribuição significativa e relevante.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESPEDIDA DA METAFÍSICA E O CRESCIMENTO DOS SEM RELIGIÃO	
Omar Lucas Perrout Fortes de Sales Clóvis Ecco	
DOI 10.22533/at.ed.8661907061	
CAPÍTULO 2	8
CATOLICISMO E OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES : O EMBATE ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A HERMENÊUTICA DA CONTINUIDADE NO CATOLICISMO ROMANO E BRASILEIRO	
Alfredo Moreira da Silva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8661907062	
CAPÍTULO 3	21
A BÍBLIA HEBRAICA NA TRADIÇÃO RABÍNICA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA LITERATURA JUDAICA	
Daniela Susana Segre Guertzenstein	
DOI 10.22533/at.ed.8661907063	
CAPÍTULO 4	35
A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENÇAS CULTURAIS PERCEBIDAS: LENTES PARA COMPREENDER OS ENCONTROS ENTRE JESUS, A MULHER SAMARITANA E OS BRASILEIROS	
Marcelo Eduardo da Costa Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8661907064	
CAPÍTULO 5	46
A IMANÊNCIA E A TRANSCENDÊNCIA NA OBRA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA	
Marcos Benaia Oliveira Ferreira Maria Aparecida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8661907065	
CAPÍTULO 6	52
A LEI DE PAULO E O “VÍCIO FORMAL”: A UNIVERSALIZAÇÃO PAULINA E A IMPESSOALIDADE DA CRENÇA COMO BASES PARA A RACIONALIDADE OCIDENTAL	
Giuliano Martins Massi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907066	
CAPÍTULO 7	60
A PERSPECTIVA RELIGIOSA DE ADOLESCENTES INFRATORES DA GRANDE BELÉM	
Weslley Cardoso de Sousa Jessica Rocha de Souza Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.8661907067	
CAPÍTULO 8	73
A REFORMA PROTESTANTE ONTEM E HOJE	
Mayumi Busi	
DOI 10.22533/at.ed.8661907068	

CAPÍTULO 9	82
A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS POR LÍDERES RELIGIOSOS E A PERCEPÇÃO DE SEUS SEGUIDORES VIRTUAIS	
Peter Michael Alves Rodrigues Ramos Edvaldo Leal Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8661907069	
CAPÍTULO 10	94
A VISIBILIDADE MIDIÁTICA E A PÓS MODERNIDADE AS RELIGIÕES E AS REDES SOCIAIS	
Maria Neusa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.86619070610	
CAPÍTULO 11	105
ANA PAULA VALADÃO: POLÊMICAS MIDIÁTICAS NA RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E GÊNERO	
Miriã Joyce de Souza Sales Capra	
DOI 10.22533/at.ed.86619070611	
CAPÍTULO 12	116
CATOLICISMO POPULAR: A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO NO MUNICÍPIO DE MONTE DO CARMO-TOCANTINS	
Valdir Aquino Zitzke	
DOI 10.22533/at.ed.86619070612	
CAPÍTULO 13	128
FESTA DE SANT'ANA: UMA CULTURA COMO CRENÇA NA CIDADE DE PONTA GROSSA – PR	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070613	
CAPÍTULO 14	138
CELEBRAR PARA VENCER: RELIGIOSIDADE NO FUTEBOL	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070614	
CAPÍTULO 15	152
CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA CORPORAL DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NO PRISMA JURÍDICO-RELIGIOSO DA REPÚBLICA MUÇULMANA DO IRÃO*	
Paulo Adroir Magalhães Martins	
DOI 10.22533/at.ed.86619070615	
CAPÍTULO 16	160
CONTRA A “MÁ IMPRENSA” A “BOA IMPRENSA”: PERIÓDICOS A SERVIÇO DA IGREJA CATÓLICA	
Andressa Paula	
DOI 10.22533/at.ed.86619070616	
CAPÍTULO 17	171
DE MORNENSE A SÃO PAULO: A EDUCAÇÃO CATÓLICA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A CRIAÇÃO DO COLÉGIO DE SANTA INÊS (1908-1934)	
Julia Rany Campos Uzun	
DOI 10.22533/at.ed.86619070617	

CAPÍTULO 18	182
DO QUE RIEM OS PENTECOSTAIS?: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS HUMORISTAS GOSPELS NA GRANDE REDE	
Wesley Silva Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.86619070618	
CAPÍTULO 19	193
IDENTIDADE ESPÍRITA NO BRASIL E EM PORTUGAL: UMA COMPARAÇÃO INSTITUCIONAL	
Jose Pedro Simões Neto	
DOI 10.22533/at.ed.86619070619	
CAPÍTULO 20	212
JUSTIÇA TOMISTA NO SÉCULO XXI?	
Moacir Ferreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.86619070620	
CAPÍTULO 21	218
LO RELIGIOSO COMO ORDEN SOCIAL Y COMO EXPERIENCIA SUBJETIVA. CONSIDERACIONES ONTOGENÉTICAS	
Manuel Martínez Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.86619070621	
CAPÍTULO 22	232
O TARÔ E A PRÁTICA ORACULAR NA ERA DA MEDIATEZADAÇÃO ESPIRITUAL	
Kelma Amabile Mazziero de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070622	
CAPÍTULO 23	244
OS ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA NO TOCANTINS: 1904 A 1988	
César Evangelista Fernandes Bressanin	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.86619070623	
CAPÍTULO 24	254
ROLO DE GRAVURA (<i>PICTURE ROLL</i>) E A ESTRATÉGIA ADVENTISTA DE EVANGELIZAÇÃO INFANTIL E GLOBAL ENTRE 1915 E 1999	
Elder Hosokawa	
Cleyton Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86619070624	
CAPÍTULO 25	268
SANTOS, ÍNDIOS E MALANDROS NO CULTO DE MARIA LIONZA	
Daniela Calvo	
DOI 10.22533/at.ed.86619070625	
CAPÍTULO 26	281
UM CANDEEIRO DE SOFIA: O CASO DA IGREJA RASTAFÁRI E SEU LÍDER, RAS GERALDINHO	
Osvaldo Fiorato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.86619070626	

CAPÍTULO 27 290

“POBRES ENTRE OS POBRES, MARGINALIZADOS ENTRE OS MARGINALIZADOS, OS ELEITOS DE DEUS”: MESSIANISMO E POBREZA ENTRE OS ISRAELITAS DA NOVA ALIANÇA NA AMÉRICA LATINA

[Lucía Eufemia Meneses Lucumí](#)

DOI 10.22533/at.ed.86619070627

SPBRE OS ORGANIZADORES 314

A LEI DE PAULO E O “VÍCIO FORMAL”: A UNIVERSALIZAÇÃO PAULINA E A IMPESSOALIDADE DA CRENÇA COMO BASES PARA A RACIONALIDADE OCIDENTAL

Giuliano Martins Massi

Doutorando em Ciência da Religião (Universidade Federal de Juiz de Fora)

RESUMO: Paulo de Tarso concebeu um cristianismo universal e formalmente instituído, que vivenciava, porém, as dimensões da matéria e do espírito simultaneamente. Para viabilizar sua universalização impessoal, contudo, a não-ambiguidade foi escolhida como direcionamento pela Igreja. Isso forneceu argumentos para que o cartesianismo abraçasse atitude semelhante, a partir do distanciamento e da formalidade não mais tradicional e histórica, mas metódica e racional, avançando na esfera material e influenciando a mentalidade atual a ponto de se constituir numa espécie de vício que talvez impeça uma compreensão para além da linearidade de raciocínio que se tornou padrão.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo de Tarso; Cristianismo; Vício Formal; Cartesianismo

ABSTRACT: Paul of Tarsus conceived of a formally instituted and universal christianity that experienced, however, the dimensions of matter and spirit simultaneously. Yet, in order to enable its impersonal universalization, the non-ambiguity was chosen as an orientation by the Church. This provided arguments for Cartesianism to embrace a similar attitude,

based on the detachment and a formality no longer traditional and historical but methodical and rational. This allowed advancing in the material sphere and influenced the current mentality even constituting a kind of vice that may prevent an understanding that goes beyond the standard linearity of reasoning.

KEYWORDS: Paul of Tarsus; Christianity; Formal Vice; Cartesianism

INTRODUÇÃO

Apesar de Paulo de Tarso ter apresentado a possibilidade de pensar em duas dimensões com características distintas, ele mesmo não abandonou seu modo de viver contextualmente e de maneira integral. Sim, Paulo separava, em dois aspectos, a consciência espiritual da matéria corporal, mas manteve um pensar inseparável da realidade vivida, permanecendo ciente da conjunção entre leis religiosas e religiosidade pessoal. Mas foi somente após o período unívoco da voz formal e hegemônica da Igreja na Europa Ocidental que a forma racional das leis científicas foi capaz de conquistar o seu espaço e de elevar o método cartesiano à mesma autoridade da formalidade legal religiosa. Essa conquista, no entanto, repartiu também nosso modo de ver, de viver, de vivenciar e de perceber as coisas. Houve,

por assim dizer, a substituição de formalidades eclesiais no atesto das verdades perceptíveis pela inabdicável, porém limitada, racionalidade dita científica.

CONTEÚDO

Conta-se que um sábio indiano teria visitado Sócrates, em Atenas, e ao saber das pretensões do eminente filósofo, o indiano supostamente riu, alegando que “era impossível estudar e compreender as coisas humanas sem considerar o divino” (HALBFASS, 1990, p. 8). Em nosso tempo, de outra forma, o divino e o humano são pensáveis separadamente, sendo que as bases que levaram a essa formatação foram lançadas no início do cristianismo romano.

A importância de Paulo, da cidade de Tarso, vai além da mera distribuição pela Europa de uma crença originada na antiga Palestina. Ele defende em suas epístolas que a dinâmica espiritual é diferente da dinâmica material, e que seguir a primeira significa estar livre para não se submeter à lei (escrita) ou às “práticas costumeiras” que regem o mundo cotidiano (Rm 7,6 e Gl 5,16-18).

Sobre esse ponto, discordo de Justi (2011, p. 11), que traduz “lei” no texto bíblico de Gal 3,1-5 como “prática costumeira” e não como Torah, a Lei Sagrada dos judeus. Na minha concepção, entre os judeus antigos (assim como entre alguns povos orientais atualmente), não havia diferença entre uma e outra, principalmente à época de Paulo. A separação veio mais tarde, não obstante estar em Paulo de Tarso, a meu ver, a sua origem.

Na carta aos Romanos (Rm 7,22), Paulo separa o que é do corpo e o que é do espírito, ao dizer “vejo nos meus membros outra lei que se opõe à lei do meu espírito” (*in* BÍBLIA SAGRADA, p. 1240). Não obstante, Paulo entende, e essa é a questão, que o ser humano navega simultaneamente em dois planos, entre os quais ocorrem as escolhas diárias (Rm 7,25): “eu mesmo sirvo à lei de Deus com o espírito; e sirvo à lei do pecado com a carne” (*id.*, *ibid.*).

Ora, não seria esse o mesmo princípio que René Descartes (1596-1650) levantou, ao inaugurar a moderna era racional do Ocidente? Conforme sintetiza Dirceu Fernandes: “Para Descartes, a mente, o espírito, a alma e a Razão seriam palavras de mesma significação. (...) Dessa forma, a alma buscaria o conhecimento da verdade e o corpo seria o responsável pelas sensações” (FERNANDES, 2015, p. 413-416). A diferença, e a chave para o entendimento, é que Descartes propôs a separação absoluta dessas instâncias numa época de “renascimento”, na qual era possível dimensionar Céu e Terra separadamente. Era uma questão de método, não de negação.

Mas, bastaria essa coincidência de pensamentos para comprovar a hipótese de que Paulo se antecipou à perspectiva de Descartes e que, por isso, aquele apóstolo estabeleceu as bases para o pensamento racional ocidental? Certamente, não. É preciso considerar outros aspectos para se chegar a essa conclusão.

Paulo instituiu a universalização da mensagem do Cristo (apesar dessa operacionalização ter ocorrido posteriormente por vias institucionais formais da Igreja) e provocou que a crença cristã católica romana se tornasse uma fé que vai além das referências particulares, inicialmente não abrindo mão de parâmetros de vida indissociáveis do “todo”. Esses foram os conteúdos basais para a formação do pensamento ocidental, porém tais indissociações eram conflitantes com a universalização pretendida pela organização religiosa institucionalizada que se seguiu. A Igreja Católica Apostólica Romana tratou de eliminar “co-fusões” (palavra que lida rapidamente explica por si só tal interesse oficial).

A mente paulina concebia duas dimensões concomitantes na dinâmica da vida, não obstante uma delas ser mais valorizada do que a outra: justamente a dimensão espiritual, mais importante do que a “lei material”. Como, então, ocorreu a supervalorização da objetividade, que vemos hoje? A opinião de Rafael M. Fernandes esclarece essa questão: a “crise contemporânea (...) pode ser caracterizada como uma crise dos fundamentos sobre os quais se encontra a nossa visão da realidade como sendo unívoca e objetiva” (FERNANDES, 2008, p. 5).

No princípio do cristianismo (e até hoje na vertente cristã tomesina, característica do cristianismo indiano), a realidade espiritual era um caminho realizado no mundo, isto é, no próprio mundo. A Lei de Paulo, por sua vez, não era exclusivamente a Lei Judaica (de Moisés e dos profetas), e nem tanto a Lei do Espírito: era mais uma questão de conduta não meramente regada para ser assim, mas impregnada do preceito “amar ao próximo” como religação com o divino. Para Paulo a lei era a realidade, e vice-versa, logo, não estava em consideração a crença formal em Jesus, mas a vivência cristã: a experiência de imersão do divino no plano material, visível e sensível, no qual ele próprio se viu imerso. Tal vivência, no entanto, dá-se no abandono das particularidades judaicas e na impessoalidade da crença, na qual o “eu” não deve mais existir no cristão, mas tão somente o “Cristo” (Gl 2,20). A Lei de Paulo era uma “lei em vida” tão oriental quanto o contexto do cristianismo primordial, no Oriente Médio, diferente de um mero conjunto de regras como se entende hodiernamente.

No livro Atos dos Apóstolos (At 19,23) há uma demonstração clara de como aquela Lei (ou a prática religio-cotidiana) era chamada: “Por essa ocasião, houve um tumulto bastante grave a respeito do Caminho” (*in* BÍBLIA DE JERUSALÉM, p. 1938). Por “caminho”, entende-se o mesmo sentido de “Via Eterna” do mestre zen Xiangyan Zhixian, uma condição inseparável entre a crença e o modo de ser. É o mesmo conceito pan-indiano de *sādhana*, que implica realizar efetivamente, na concretude do mundo, a missão espiritual ao se percorrer a senda da vida. Na tradição de São Tomé, essa Lei identifica o seguidor e a doutrina que ele segue, simultaneamente:

O termo “Lei de Tomé” é amplamente utilizado entre os cristãos siro-malabares para designar o “modo de vida” cristão (mārga) ou “uma disciplina religiosa” (thōmāyude niyamam) da comunidade, que inclui adoração, tradição e cultura. (...) Os recebedores no primeiro século da nova fé de São Tomé foram chamados de tomā mārga, “o caminho de Tomé”. (...) Ela é a soma total de todos os costumes

e leis, as quais as primeiras comunidades cristãs indianas seguiam, de acordo com a tradição transferida a eles pelo Apóstolo Tomé. Alguns dos historiadores consideram a “Lei de Tomé” como a tradição patrística de mesma origem que seus sacramentos e ritos litúrgicos, ou seja, os ritos siro-orientais. Outros estudiosos acreditam que este termo metafórico denota sistemas culturais cristianizados então vigentes. (CHENGINIYADAN, 2007, p. 221)

A partir do exposto acima, por que esse modo integral de agir e pensar cristão originário se diferenciou do cristianismo praticado em seu local de origem, o Oriente, para um modo ocidental romano de pensar? Simples: porque não havia alternativa. Se o objetivo era a universalização da crença romana pelo mundo, era necessário torná-la objetiva e independente de seu contexto original.

Tudo o que se distancia se diferencia. Roma estava distante da origem cristã. Devido a esse distanciamento geográfico e cultural, era preciso justificar, racional e emocionalmente, uma religião nascida muito longe da Europa Central. A única e inescapável forma de lidar com a distância, de modo presente, foi universalizar objetivamente a mensagem cristã, banindo “evangelhos” com linguagens simbólicas ou quaisquer outras imagens interpretáveis vindas de diferentes grupos, seitas ou comunidades de raízes não europeias que pudessem remeter mais à lei oriental do que à europeizada proposta católica (do grego *katholikos*, universal).

Uma inscrição no batistério de Latrão, localizado na cidade de Roma, datada de meados do séc. V, menciona: “Entre os renascentes não há distância, porque são feitos por uma só fonte, / um só espírito, uma só fé” (DAWSON, 2015, p. 230). O rito do batismo e a natureza do Espírito Santo uniam as “Igrejas no exílio”, como já dizia o Papa Clemente de Roma. Por isso, Paulo dá ao batismo suma importância, como elemento de renascimento, uma ressurreição em vida (Rm 6,4), unindo espiritualmente os cristãos distantes para os quais ele pregava.

De acordo com Elisabete Corazza, “o anúncio do Evangelho é a proclamação da salvação universal, dada em Jesus Cristo (...) eficaz por meio da palavra (Rm 10,14) e também com o poder do Espírito Santo (1Ts 1,5)” (CORAZZA, 2011, p. 29). Evangelho, por sinal, era tecnicamente um anúncio público de boas obras realizadas por um Imperador romano. Por esse motivo, Paulo comparava o Cristo na cruz com a mensagem evangélica concreta por excelência, exposta “formalmente” para todos verem, enquanto ele universalizava a mensagem evangélica pelo império romano e distribuía decretos formais, as epístolas, nas quais ele tornava público os preceitos estabelecidos pelos apóstolos. Esses decretos convertiam corações nas igrejas distantes com objetivo de todos, inclusive nas colônias romanas, incorporarem as leis de Cristo (At 16,4).

Pedro e Paulo, irmandade e formalidade, concreto e abstrato, rótulo e símbolo, palavra e espírito, não são apenas vocábulos ou imagens complementares. Serge Moscovici identificou o fenômeno de ideias compartilhadas, em sua Teoria das Representações Sociais, contendo dois processos (ou termos): objetivação (na concretização impessoal do abstrato) e ancoragem (para tornar o conceito mais

familiar, próximo e afetivo). É o que se vê no termo paulino “Evangelho de Jesus Cristo”, por exemplo: decreto aliado à imagem (modelo) de vida.

Na origem, Jesus estava distante, lá na Palestina, e Paulo percebeu que certas características cristãs não poderiam, para os cristãos separados geográfica e culturalmente, serem questionadas na Europa, pela razão clara de a confiabilidade de um fato diminuir quanto mais afastado se encontra dele seu observador. No Oriente, todavia, era (e por vezes ainda é) sem sentido questionar a vivência ou a senda de Jesus. Como questionar uma presença? Inevitavelmente, conforme foi se ocidentalizando o modo de vida cristão, o sentido e o significado de Jesus tiveram de ser impostos via dogmas, ou não seria possível. Foi contra essa característica europeia que Martinho Lutero lutou: era necessário traduzir a Bíblia para o alemão, para aproximar os significados do texto bíblico dos sentidos cotidianos, a fim de serem revivenciados (e re-presenciados) particularmente pelos cristãos. Não por acaso Lutero viveu no período do Renascimento.

A missão paulina era clara: o cristianismo deveria ser universal, formal, de ninguém em especial, nem de Cefas nem de Apolo, nem sob qualquer égide pessoal ou sub-liderada por qualquer guia em particular, porém um só corpo (1Cr 1,12). A melhor forma de universalizar algo, todavia, é torná-lo impessoal para que, de modo objetivo, atinja o maior número de pessoas. Ainda mais se for obrigatório como regra, e melhor ainda se for chancelada por uma instituição que rege a vida de todos, até onde a vista alcança. Logo, a certeza dogmática da Igreja Católica Apostólica Romana foi imposta através do poder da autoridade. Era a “verdade espiritual”, legal e formal, que explicava o mundo. Essa conjuntura, em suma, foi imprescindível para formar uma sociedade formalmente guiada pela veracidade, a princípio por meio do instrumental divino legal a ser seguido, e posteriormente pelo cientificismo.

Depois de um período chamado de “trevas”, o pleno conhecimento filosófico retornou à Europa pressionado no Oriente pelo islamismo, chocando-se com a verdade católica romana distanciada não apenas do cristianismo nativo como também de importantes aspectos do passado grego (que sempre estiveram ali, todavia inalcançáveis devido ao filtro formal católico). A visão concreta do Universo europeu se reampliava, agora, sob a batuta da objetividade utilizada por séculos como caminho de justificação da verdade naquele continente. O Universo amplo, repleto de possibilidades, estava na Europa padronizadamente menor. Basta lembrar que alguns padres se negaram a enxergar o céu pelo telescópio de Galileu, posto que outras possibilidades verdadeiras eram inadmissíveis. Frutos de sua época, homens racionais e questionadores, como Lutero e Descartes, vislumbraram outras veredas igualmente válidas no sentido racional ao mesmo tempo que vivenciavam a expansão do mundo devido à Revolução Comercial que transformava vidas e concepções para além dos horizontes, literalmente. Quando o modo de vida se modificou, com horizontes intelectuais reampliados e com a vida ganhando novos terrenos, o pensamento mudou. Afinal, como sustenta Rubem Alves, todos nós “temos as ideias que temos por sermos

o que somos. Primeiro vem a vida, depois vem o pensar...” (ALVES, 1982, p. 10). Foi pelos europeus serem o que foram forçados a ser que a Ciência ali se desenvolveu, do modo como se desenvolveu, moldados por um tipo característico de religião fundada sob a visão paulina. Houve, apesar disso ou justamente por isso, um efeito que hoje pode ser um problema.

Sempre que ideias impositivamente tentam formar o humano à parte de sua vivência, flerta-se com a loucura: um deslocamento irreal no tempo e no espaço. Se isso aconteceu com os padres de Galileu, antes, pela incapacidade de perceber uma realidade nova e diferente, conflitante com seus pensamentos cristalizados (e cristianizados), infelizmente estamos, hoje em dia, no outro extremo e somos formados pensando que a racionalidade, a particionalidade do Cosmos, é o caminho para o pleno entendimento, correndo o risco de não termos inteligência de dimensionamento integrativo para irmos além dos limites impostos a nós mesmos em meio à superespecialização do saber. Em outras palavras, nossa visão ocidental de mundo pode ter sido afetada pela percepção de que temos infinitas possibilidades explicativas a partir de pequenos e limitados raciocínios, o que é um paradoxo.

Max Weber identificou a sociedade moderna com a racionalização. O racional, entretanto, degenerou no dogmatismo científico, em que tudo agora pode ser explicado não através da autoridade religiosa, mas pela Academia formalmente constituída. Essa dependência gera incapacidade de conceber algo que escape à racionalidade, pois há um vício de se apegar à linearidade do conhecimento como caminho único (ou unívoco) para se chegar à verdade, uma espécie de adicção da qual a humanidade parece não querer se livrar pelos benefícios materiais que esse caminho proporciona. Um “Vício Formal”, muito mais devido a uma dependência psicológica do que a um erro ético, moral ou metodológico.

No cerne da definição de “Vício Formal”, o “erro” estaria em deixar de lado toda a gênese e tudo o que seja diferente de uma relação lógica sequencial racional porque, fora de uma racionalidade formalmente estabelecida, não há verdade. Não cabem outras considerações, além da forma racional. A dependência desse vício se reflete na obsessão pela funcionalidade material. Devido ao progresso científico, cujo sucesso é indiscutível, preferimos uma linearidade explicativa que traga alguma consequência concreta, em detrimento de uma contextualidade compreensiva. Pior: admitimos como verdadeiro apenas o que é decorrente desse processo linear com origem e autoridade em uma determinada área específica (ou especializada). Em resumo, “Vício Formal” é o fenômeno de estarmos quase absolutamente dependentes de uma visão oficial (pronunciada formalmente), sob o cunho racional (no sentido de partir a realidade em pedaços) e inerentemente linear (tanto cartesianamente quanto hierarquicamente falando).

O “Big Bang”, para ilustrar o grilhão que nos prende a um pensamento sequencial, é uma teoria científica muito popular porque foi construída pela lógica linear de que a origem de tudo deve ser um ponto que se expandiu subsequentemente e passo a

passo. Na verdade, o “Big Bang” não foi o momento em que tudo começou a surgir, mas é apresentado como tal porque somente por essa forma ele é compreensível (ou reduzido). As galáxias apareceram muito tempo depois do “Big Bang”, e de maneira aleatória. Não foi “big”, porque teve origem em uma porção diminuta do Universo, não fez “bang”, pois não havia meio atmosférico para propagar o som, nem criou tudo o que se expande pelo Cosmos, mas sua compreensibilidade precisa passar pela linearidade e pela conjunção do abstrato “grande” com o concreto “boom”. A mentalidade científica objetiva contemporânea, pela qual todos e não apenas os cientistas estão influenciados, tem imensa dificuldade de, por exemplo, considerar a possibilidade de o Universo ter se originado do choque entre duas partículas, algo que faz muito mais sentido tendo em vista o comportamento de subpartículas atômicas em um colisor. Em outras palavras, parece não haver nem caminho nem abertura compreensiva para se pensar, para se cogitar a origem do Universo fora da linearidade que a mente contemporânea, viciada formalmente, deduz. É algo semelhante a uma escravidão mental, fruto de nosso tempo, presos que estamos a “essa forma para que eu possa manter meu olhar fixado nela e empregá-la como um padrão” (PLATÃO, 2008, p. 119).

CONCLUSÃO

Simultaneidade é a principal característica da realidade. Rejeitar esse fato é se afastar do que é real, em sentido amplo, e da concomitância do plano material com o âmbito incorpóreo, inseparáveis vivencialmente falando. Didaticamente, claro, é possível recortar tempos, espaços e fenômenos para obter um melhor entendimento. Concomitantemente, é preciso reconhecer que tudo o que se origina de uma dedução linear, a partir de um ponto inicial inequívoco e verdadeiro, no futuro desaparece no infinito tal qual um raio de luz de uma estrela tão distante da Terra que sua luminosidade não chega ao alcance de nossos olhos – ou, se chega, é vista tão somente como um pequeno ponto luminoso no céu escuro. Infinitas linhas que agora parecem solidificar um corpo esférico perto de sua origem, quando chegam ao limite do infinito, quando se expandem linearmente com o passar dos anos, ao invés de completarem nosso conhecimento preenchendo todos os espaços, conforme ganham a vastidão do tempo, vão se separando umas das outras até cada linha se tornar um ponto diminuto antes de desaparecer. A compreensão, doutra feita, não é linear, mas contextual. É mais uma questão de percepção e vivência do que de dedução, mais de relações envolvendo símbolos do que de racionalismo matemático. A religião, por seu turno, nada mais é do que uma linguagem de símbolos para tornar o todo compreensível, e subsiste frente às deduções antes mesmo de as deduções terem nascido.

Quando a religião romana se solidificou em instituição, a realidade unívoca do cristianismo ocidental tornou-se a *tabula* preparada onde se inscreveu a Ciência que, inevitavelmente e de maneira semelhante, tornou-se tão unívoca hoje quanto o

catolicismo romano foi um dia. Paralelos, atualmente. De maneira semelhante, hoje há um afastamento da multiplicidade de dimensões vivenciais à nossa volta, uma troca das percepções reais originadas da vida pelas deduções e fórmulas abstratas institucionalizadas na linguagem, inclusive do universo religioso, o que nos torna próximos de uma restrição de pensamento voluntária e coletiva aceita naturalmente, ou seja, trata-se de um caminho que nos conduz a sermos o que não somos aqui e agora, simultaneamente espírito e matéria, mas um ou outro conforme a funcionalidade de cada momento. Enfim, tais conjecturas nos influenciam a sermos um recorte artificial do que é humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Jerusalém** [*La Bible de Jérusalem*]. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada**. Honório Dalbosco (Coord.). Tradução da Vulgata pelo Pe. Matos Soares. 39ª ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

CHENGINIYADAN, Devis. **Methodology based on symbols in sacramental rites: An Anthropological and Phenomenological Study Based on Louis Dupré's Works with Reference to Indian Religious Traditions and Syro-Malabar Rite**. Thesis. Doctor's Degree (Ph. D) in Theology (S.T.D.), 2007 – Katholieke Universiteit Leuven, Faculty Of Theology, Flandern, Belgien.

CORAZZA, Elisabete. **O Evangelho de Paulo: Jesus como Euangelion na Carta aos Gálatas em diálogo com a cristologia de Jon Sobrino**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte-MG, Brasil.

DAWSON, Christopher. **A formação da Cristandade: das origens da tradição judaico-cristã à ascensão e queda da unidade medieval**. Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2015.

FERNANDES, Dirceu. A verdadeira filosofia para Descartes em carta prefácio dos Princípios da Filosofia. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano I (2015), n. 5, p. 409-427. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/5/2015_05_0409_0427.pdf. Acesso em: 11 abril 2018.

FERNANDES, Rafael Morello. **Pós-Modernidade: Uma leitura niilista e uma nova ontologia hermenêutica para o nosso tempo em Gianni Vattimo**. Rio de Janeiro, 2008. 103 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

HALBFASS, W. **India and Europe: an essay in understanding**. Delhi: Motilal Banarsidass Publishers PVT Ltd., 1988.

JUSTI, Daniel Brasil. Análise Histórica e Literária: por uma Metodologia Exegética e comparativa com as versões de tradução em língua portuguesa - Gl 3,1-5. **Revista Jesus Histórico**, ano IV (2011), v. 7, p. 8-28.

PLATÃO. **Diálogos III (Socráticos)**. Bauru, SP: Edipro, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.